



No quadro do lançamento da **SEMANA DA IGUALDADE** entre 8 e 12 de Março, sob o lema **Defender a Saúde | Dignificar o Trabalho | Avançar na Igualdade!** a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens – CIMH/CGTP-IN divulga, ao longo do mês de Fevereiro, **sete estudos temáticos sobre a situação da mulher no trabalho agravada pela pandemia**, pela falta de medidas adequadas por parte do governo e pelas práticas patronais.

Já publicados:

ESTUDO 1 – Natalidade e Fecundidade – 04.02.2021

ESTUDO 2 – Problemas de saúde relacionados com o trabalho – 08.02.2021

ESTUDO 3

O direito à habitação e os seus custos

Enquadramento

A questão da habitação é um problema que se coloca a toda a população e de uma forma especial às camadas mais jovens.

Nesta data que assinala o **Dia Internacional das Mulheres e Raparigas na Ciência**, continuamos a verificar que as competências e as qualificações das/os jovens são secundarizadas, face ao modelo de baixos salários e trabalho precário, que constitui um dos principais obstáculos para a sua autonomia e independência financeira e para a organização da sua vida pessoal e familiar.

O reconhecimento das competências e a rentabilização das qualificações e dos conhecimentos de todas/os, e em particular das/os jovens, são decisivos para o desenvolvimento económico e social do País.

Não há liberdade, em todas as suas dimensões, sem a garantia de estabilidade no emprego, de salários dignos e do direito à habitação, indissociáveis do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas.

Estudo

(do Gabinete de Estudos Sociais – GES/CGTP-IN)

Os trabalhadores confrontam-se com custos de habitação altíssimos, sobretudo nas grandes cidades e zonas limítrofes, quer em termos de arrendamento, quer de aquisição de casa própria, sendo esta, na maioria dos casos, feita com recurso a endividamento bancário por falta de alternativa de arrendamento a preços comportáveis.

De facto, as rendas tiveram aumentos muito elevados nos últimos anos, resultado da alteração para pior da lei das rendas - efectuada pelo Governo PSD/CDS e que o Governo PS não quis alterar - lei essa que favorece os despejos e a especulação imobiliária.

De acordo com dados do INE, o valor das rendas dos novos contratos de arrendamento cresceu, em média, 10% entre o 1º trimestre de 2019 e o 1º trimestre de 2020 - superior ao aumento nominal de 3% dos salários no mesmo período¹ - prosseguindo aumentos anteriores, que só foram interrompidos devido ao surgimento da pandemia. Ainda assim, no 2º trimestre de 2020 as rendas eram 0,2% mais elevadas do que um ano antes.

Considerando um período mais longo, verifica-se que entre o 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2020, o aumento médio foi de perto de 25%, havendo naturalmente diferenças entre regiões e concelhos.

Em 2017 já o valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento familiar para um alojamento de 81 m2 representava cerca de 38,7% do rendimento disponível mensal dos agregados familiares em Portugal, uma percentagem superior ao recomendado e ainda superior em algumas zonas do país: Algarve (48,9%), Área Metropolitana de Lisboa (46,9%) e Região Autónoma da Madeira (46,5%), percentagens que deverão ter aumentado, uma vez que o rendimento disponível não terá aumentado da mesma forma e em 2020 deverá diminuir.

Os custos de compra de habitação própria, proibitivos para a maioria dos trabalhadores e fomentadores do endividamento junto da banca, também subiram significativamente nos últimos anos.

Segundo os dados mais recentes do INE, o Índice de Preços de Habitação aumentou 7,1% no 3º trimestre de 2020 em termos homólogos, tendo o crescimento apenas abrandado ligeiramente quando comparado com o 1º trimestre do ano devido aos efeitos da pandemia.

Entre 2015 e o 3º trimestre de 2020 os preços das habitações aumentaram 53%, tornando a aquisição de habitação própria pela classe trabalhadora cada vez mais uma miragem.

Ao mesmo tempo não há uma resposta adequada do Estado ao nível da habitação, seja da regulação do mercado, seja na oferta pública.

Conclusões

A Comissão para a Igualdade - CIMH/CGTP-IN considera que é urgente a existência de *“Uma política de habitação sustentada nas responsabilidades prioritárias e fundamentais que cabem ao Estado, tendo em vista a concretização do direito à habitação por parte de todos os cidadãos e cidadãs.”*

(da Declaração de Princípios da CGTP-IN)

CIMH/CGTP-IN
11.02.2021

¹ Fonte: Remuneração bruta mensal média por trabalhador – Junho de 2020, INE. Indicador: Remuneração bruta regular.